



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1003008-94.2015.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**  
 Requerente: **Cristiana Prazeres de Arruda**  
 Requerido: **Banco Bradesco Cartões S.a.**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O.**

Trata-se de ação em que a autora alegou que é correntista do réu e usuária de cartão de crédito que especificou.

Alegou ainda que em fevereiro/2015, antevendo que passaria por dificuldades financeiras, entrou em contato com a central de relacionamento do réu e firmou acordo para o pagamento da fatura que venceria naquele mês, implementando a quitação da primeira parcela ajustada.

Salientou que não recebeu os boletos para o pagamento das demais parcelas e, como se não bastasse, passou a ser cobrada pelo réu quanto àquela fatura, culminando por ser inserida pelo mesmo perante órgãos de proteção ao crédito em função disso.

A versão da autora é verossímil.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

O documento de fl. 19 não permite visualização perfeita, mas o acostado a fl. 89 deixa claro que a fatura do cartão de crédito em apreço encerrava pagamento mínimo de R\$ 280,10 ou, em caso de parcelamento, uma entrada de R\$ 290,09 e mais doze pagamentos de R\$ 116,00 cada um.

Diante disso, não é concebível que a autora implementasse o pagamento de R\$ 290,00 (fl. 20), ou seja, superior ao mínimo previsto ou inferior em R\$ 0,9 do que o previsto para o parcelamento, se não tivesse razão para fazê-lo.

Por outras palavras, seria muito mais fácil à autora quitar a fatura em seu valor mínimo (despenderia importância menor do que aquela de que lançou mão) ou então pagar o valor do parcelamento previsto na própria fatura para seguir os seus termos, inclusive porque corresponderiam a parcelas inferiores (R\$ 116,00 e não R\$ 202,73, como assinalado a fl. 02, quarto parágrafo).

Se assim não agiu é porque tinha motivos para tanto, de modo que se toma como crível a explicação contida na petição inicial.

A ré, a seu turno, não amealhou dados consistentes que se contrapusessem a isso e nem mesmo apresentou justificativa aceitável para desconsiderar o pagamento cristalizado a fl. 20.

A divergência da numeração do cartão apontada a fl. 73 é insignificante, inexistindo elementos concretos que permitissem firmar a certeza de que seria apta à não aceitação do pagamento.

A conjugação desses elementos conduz ao acolhimento parcial da pretensão deduzida, impondo-se o restabelecimento do acordo parcelado do pagamento da fatura vencida em fevereiro/2015 nos moldes sustentados pela autora, com a ressalva de que o cômputo de acréscimos não se justifica porque como não foi a mesma que propiciou o desdobramento dos fatos não poderá ser penalizada por isso.

Quanto à possibilidade da autora voltar a utilizar cartão de crédito, cheques ou contrair empréstimos, reitero os termos da decisão de fls. 37/38 sobre o assunto.

Essas atividades não se esgotam nos fatos discutidos nos autos, mas vão além e dependem de diversos outros pontos passíveis de análise por parte do réu.

Assim, obrigação dessa natureza não lhe pode ser imposta no âmbito limitado de apreciação do feito.

Quanto à indenização para reparação dos danos morais, a postulação não vinga.

A autora não demonstrou satisfatoriamente que tivesse recebido tratamento indigno por parte do réu quando buscou solucionar a pendência.

Já a sua inserção perante órgãos de proteção ao crédito pode ser reconhecida como irregular, mas não rende ensejo a danos morais passíveis de ressarcimento.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

Não obstante se admita que a indevida negativação dê margem a isso, os documentos de fls. 42/43 e 46 levam a conclusão contrária.

Eles demonstram que a autora ostenta diversas outras negativações além daquela tratada nos autos perante órgãos de proteção ao crédito e não foram impugnadas, o que inviabiliza o recebimento da indenização em apreço consoante pacífica jurisprudência:

*“Agravamento Regimental no Recurso Especial. Inscrição em Cadastro de Proteção ao Crédito. Dano Moral não configurado. Devedor Contumaz. 1. Incabível o pagamento de indenização a título de dano moral quando já houver inscrição do nome do devedor em cadastro de proteção ao crédito. 2. Agravo desprovido.”* (AgRg no REsp. 1046681/RS, rel. Min. **JOÃO OTÁVIO NORONHA**, 4ª Turma, j. 09/12/2008).

*“Consumidor. Inscrição em Cadastro de Inadimplentes. Dano moral inexistente se o devedor já tem outras anotações regulares, como mau pagador. 1. Quem já é registrado como mau pagador não pode se sentir moralmente ofendido por mais de uma inscrição do nome como inadimplente em cadastros de proteção ao crédito; dano moral haverá se comprovado que as anotações anteriores foram realizadas sem prévia notificação do interessado. 2. Recurso especial não conhecido.”* (REsp 1002985/RS, rel. Min. **ARI PARGENDLER**, 2ª Turma, j. 27/08/2008).

A Súmula nº 385 do Colendo Superior Tribunal de Justiça cristalizou esse entendimento ao dispor que *“da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento”*.

Nem se diga que as demais negativações seriam anteriores à presente e já teriam sido excluídas.

Preservado o respeito tributário aos que perfilham entendimento diverso, reputo que o objetivo da reparação em situações como a dos autos é proteger a pessoa que nunca ostentou pendências financeiras diante de órgãos de proteção ao crédito ou que pelo menos tenha apresentado algo episódico nesse sentido, que não comprometeu o seu conceito de regularmente cumprir suas obrigações.

Bem por isso, se – como na hipótese vertente – a pessoa registra diversas questões dessa natureza não poderá invocar o benefício em apreço porque aquele bom conceito já estaria irremediavelmente abalado.

Não se acolhe, em consequência, o pleito no particular.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar o réu a restabelecer o parcelamento ajustado com a autora (um pagamento de R\$ 290,00 – já realizado – e outros seis de R\$ 202,73 cada um) relativo



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

à quitação da fatura de seu cartão de crédito vencida em fevereiro de 2015.

Torno definitiva a decisão de fls. 37/38, item 1.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 09 de julho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**